

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2008 A ABRIL DE 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.623.613.715,65	
Pessoal Ativo	2.406.880.271,30	
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	216.733.444,35	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.513.050,55	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	148.796,54	
Decorrentes de Decisão Judicial	9.242.279,24	
Despesas de Exercícios Anteriores	2.121.974,77	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.612.100.665,10	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		2.612.100.665,10
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		6.367.064.817,10
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		41,03
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (49%)		3.119.861.760,38
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (46,55)%		2.963.868.672,36

FONTE: Administração Financeira Integrada - AFI

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Isper Abraham Lima
Secretário de Estado da Fazenda

Eduardo Braga
Governador do Estado do Amazonas

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL/2009

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.225.427.303,86	2.244.080.037,45		
Dívida Contratual	2.218.034.905,32	2.238.392.116,23		
Parcelamentos de Dívidas	7.392.398,54	5.687.921,22		
De Contribuições Sociais	7.392.398,54	5.687.921,22		
Previdenciárias (INSS)	7.392.398,54	5.687.921,22		
Do FGTS	-	-		
Provisões de PPP'S	-	-		
Outras Dívidas	-	-		
DEDUÇÕES (II)	1.405.827.191,49	1.679.614.497,10		
Ativo Disponível	1.622.000.597,71	1.688.323.409,37		
Haveres Financeiros	22.597.088,83	22.505.298,82		
(-) Restos a Pagar Processados	238.770.495,05	31.214.211,09		
DÍVIDA CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	819.600.112,37	564.465.540,35		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.395.995.269,73	6.367.064.817,10		
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	34,79	35,25		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	12,81	8,87		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (2 X RCL)	12.791.990.539,46	12.734.129.634,20		

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)				
Passivo Atuarial				
Demais Dívidas				
DEDUÇÕES (V)*				
Ativo Disponível				
Investimentos				
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC				
Precatórios anteriores a 5.5.2000 (inclusive)				
Insuficiência Financeira				
Outras Obrigações				
DIV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (VI) = (IV - V)				

FONTES: Administração Financeira Integrada - AFI

Nota: - Os valores das Despesas Liquidadas estão acrescidos dos Restos a Pagar.

- O Regime Previdenciário não faz parte do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado

Ispier Abraham Lima
Secretário de Estado da Fazenda

Eduardo Braga
Governador do Estado do Amazonas

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2009

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	76.153.202,93	76.153.202,93
Contratual	76.153.202,93	76.153.202,93
Interna	58.912.902,93	58.912.902,93
Abertura de Crédito	58.912.902,93	58.912.902,93
Externa	17.240.300,00	17.240.300,00
Abertura de Crédito	17.240.300,00	17.240.300,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	5.687.921,22	5.687.921,22
Parcelamentos de Dívidas	5.687.921,22	5.687.921,22
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	5.687.921,22	5.687.921,22
Previdenciárias	5.687.921,22	5.687.921,22
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	6.367.064.817,10	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (Ia)	76.153.202,93	1,20
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (16%)	1.018.730.370,74	16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	445.694.537,20	7
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (Ia + IIa)	81.841.124,15	1,29

FONTE: Administração Financeira Integrada - AFI

Notas:

¹ Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada

Isper Abraham Lima
Secretário de Estado da Fazenda

Eduardo Braga
Governador do Estado do Amazonas